EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO CURSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION: A REPORT OF A TRAINING EXPERIENCE IN A COURSE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF UBERLÂNDIA

Marília Moreira de Magalhães - mariliamaga.magalhaes345@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência acerca da formação vivenciada no curso de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia. O objetivo consiste em analisar, de forma reflexiva, os conhecimentos construídos ao longo das Unidades I, II e III, articulando fundamentos teóricos, legais e experiências práticas no contexto educacional. O estudo aborda temas como desigualdades sociais, capacitismo, direitos das pessoas com deficiência, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), avaliação pedagógica inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nesse trabalho, destaca-se a importância da flexibilização curricular, da mediação pedagógica e da eliminação de barreiras à aprendizagem, evidenciando que a inclusão vai além do acesso, exigindo a transformação das práticas escolares. Além disso, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é compreendido como um instrumento essencial para o planejamento das estratégias individualizadas. As experiências vivenciadas demonstram que a articulação entre teoria e prática contribui para decisões pedagógicas mais assertivas e para a construção de uma educação comprometida com a equidade, a diversidade e o direito à aprendizagem de todos os estudantes e a construção de práticas pedagógicas mais conscientes e que respeitem as diferenças e assegurem o direito à aprendizagem para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Educação especial; Prática pedagógica.

ABSTRACT

This paper presents an experience report on the training developed in the course *Special Education from an Inclusive Perspective*, offered by the Federal University of Uberlândia. The objective is to reflectively analyze the knowledge built throughout Units I, II, and III, articulating theoretical and legal foundations with practical experiences in the educational context. The study addresses themes such as social inequalities, ableism, the rights of persons with disabilities, Universal Design for Learning (UDL), inclusive pedagogical assessment, and Specialized Educational Assistance (SEA). It highlights the importance of curriculum flexibility, pedagogical mediation, and the removal of barriers to learning, demonstrating that inclusion goes

beyond access and requires the transformation of school practices. The Individualized Education Plan (IEP) is understood as an essential tool for planning individualized strategies. The experiences described show that the articulation between theory and practice contributes to more assertive pedagogical decisions and to the construction of an education committed to equity, diversity, and the right to learning for all students, as well as to the development of more conscious and inclusive pedagogical practices that respect differences and ensure learning rights for all.

Keywords: Inclusive Education; Special Education; Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado descreve a experiência formativa vivenciada no curso de capacitação da Universidade Federal de Uberlândia em educação especial e inclusiva. O objetivo deste relato consiste em uma análise reflexiva bem fundamentada nos referenciais teóricos estudados, que sintetiza as aprendizagens construídas e as aprofunda no decorrer de todo o curso. Este relato de experiência apresenta o percurso formativo das Unidades I, II e III do curso de Educação Inclusiva, destacando as aprendizagens construídas, as experiências práticas e sua importância para a formação docente. Sua finalidade é sistematizar os principais conceitos, debates, práticas e reflexões abordados ao longo das unidades, posicionando a educação inclusiva como uma perspectiva ética, política e pedagógica que orienta as práticas educacionais. Reflete-se, ainda, sobre as aprendizagens construídas nas unidades e a relevância para o processo de formação do docente. Tivemos temas centrais como as relações entre sociedade e educação, as desigualdades, a história e as leis. Também foram abordados os fundamentos da educação inclusiva e o enfrentamento do capacitismo, bem como os direitos das pessoas com deficiência e os desafios das escolas. Além disso, discutiu-se o trabalho do profissional do atendimento educacional especializado, o desenho universal para a aprendizagem, a avaliação pedagógica e o acompanhamento educacional na educação inclusiva. Por fim, destacam-se estratégias voltadas à eliminação e redução das barreiras à aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

O percurso formativo das Unidades possibilitou acompanhar, compreender e articular, de forma crítica, os debates sobre a educação inclusiva. Na primeira unidade, o estudo concentrou-se nas relações entre sociedade e educação, em que se problematizam as desigualdades sociais, as questões históricas atribuídas aos sujeitos. A unidade evidenciou que a escola não é neutra, mas reflete e, por muitas vezes, reproduz desigualdades sociais e educacionais. Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, é possível reconhecer que há um movimento contínuo de transformação e aprimoramento das práticas inclusivas.

Nesse contexto, o uso de terminologias inadequadas revela concepções ultrapassadas e preconceituosas, reforçando a necessidade de atualização conceitual. Destaca-se, ainda, o direito do estudante ao Plano Educacional Individualizado (PEI), documento obrigatório que assegura ao discente, independentemente do tipo de deficiência, seja física, intelectual ou sensorial, o acesso a estratégias pedagógicas que considerem suas especificidades e diversidades, sendo os métodos de ensino diversificados, uma vez que cada estudante é único e aprende de maneiras diferentes. O PEI é compreendido como uma ferramenta fundamental para o planejamento das estratégias individualizadas. Assim, o processo educativo precisa contemplar diferentes recursos e estratégias, como o uso de tecnologias assistivas e o atendimento na sala de recursos, garantindo condições de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos, de forma a proporcionar para cada aluno a participação plena em todas as aulas, atividades, e acessibilidade em todo espaço escolar.

Já na Unidade II, tivemos um aprofundamento teórico com foco na educação inclusiva, com o direito à educação e a matrícula de todos os estudantes em escolas comuns. Também foram abordadas as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência no cotidiano escolar, social e institucional, bem como a inflexibilidade curricular, a insuficiência da formação docente e a articulação entre escola e família. As análises de textos, fóruns e produções audiovisuais foram fundamentais. As atividades propostas favoreceram a construção de um entendimento mais consistente sobre inclusão, articulando fundamentos teóricos, marcos legais e a realidade educacional.

As reflexões desenvolvidas ao longo do curso, especialmente a partir dos filmes, textos e documentários analisados, evidenciam a realidade de famílias que

lutam cotidianamente para matricular e manter seus filhos em escolas e classes regulares. As produções audiovisuais tornam visíveis as experiências tristes e frustrantes enfrentadas por esses sujeitos que sofrem com o bullying, o preconceito e o capacitismo, ainda fortemente presentes nos contextos escolares e sociais contemporâneos.

O filme Colegas evidencia a trajetória de jovens com síndrome de Down que buscam autonomia, viver sonhos e reconhecimento social, enfrentando barreiras atitudinais e sociais que limitam a participação dos jovens na sociedade. Essas pessoas são limitadas não por suas condições, mas por barreiras impostas pela sociedade. A narrativa evidencia como o capacitismo impõe percursos árduos, nos quais o direito de sonhar e de viver com dignidade precisa ser reivindicado. O filme reforça a importância de práticas inclusivas que valorizem as potencialidades dos indivíduos, promovam sua participação ativa na escola e na sociedade, e também garantam seus direitos.

Em outra obra, *O Menino Chamado Pô* mostra, de forma sensível, os desafios vivenciados pela criança com autismo no ambiente escolar, revelando a ausência de diálogo com a família, a dificuldade de acolhimento por parte da escola, a falta de sensibilidade às suas necessidades e a resistência institucional à adaptação das práticas pedagógicas às singularidades do estudante. O filme dialoga diretamente com a realidade de famílias atuais de crianças autistas que lutam pela matrícula, permanência na escola regular e pelo reconhecimento de seus direitos diante da escola e da sociedade em geral, além da importância de um olhar atento e de uma mediação pedagógica adequada. Nesse sentido, observa-se que a atuação do educador é fundamental para a promoção da inclusão, do desenvolvimento e da acessibilidade.

Já o documentário *Não Me Esqueci de Você* amplia a compreensão sobre os processos de exclusão e invisibilização, especialmente no que se refere às trajetórias interrompidas pela falta de acessibilidade, de apoio especializado e de políticas educacionais efetivamente inclusivas. A produção evidencia como as barreiras pedagógicas e atitudinais atravessam as etapas da escola, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reforçando a urgência do enfrentamento ao analfabetismo e às desigualdades educacionais. Observa-se no longa que muitas barreiras não estão somente nas limitações do sujeito, mas também na forma como

a sociedade lida com as diferenças. O filme aborda a importância da empatia, do acolhimento e de reconhecer as necessidades de forma individualizada.

A partir das discussões com os marcos legais da educação inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional e a Lei Brasileira de Inclusão, vê-se a necessidade de eliminação das barreiras, garantia de acessibilidade, oferta de apoio especializado, organização curricular flexível e respeito à diversidade. A inclusão não se resume apenas ao acesso à matrícula e nem ao básico oferecido pelas instituições e sociedade em geral, mas exige as adaptações da escola ao aluno, assegurando aprendizagem, independência, autonomia e participação, de acordo com os princípios dos direitos humanos, da justiça social e da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Ao longo do percurso formativo desenvolvido na Unidade III, foram aprofundados aspectos relevantes relacionados às práticas pedagógicas inclusivas, com destaque para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), compreendido como uma abordagem pedagógica que busca garantir oportunidades de aprendizagem para todos, respeitando suas diferenças e singularidades. O DUA propõe que o ensino seja planejado desde o início, de modo a atender à diversidade, nas salas de aula do ensino regular, partindo do princípio de que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola aos alunos. Nessa perspectiva, o objetivo é tornar o ensino mais flexível e acessível, evitando adaptações tardias e possibilitando que os estudantes participem de forma efetiva e ativa do processo educativo, incentivando a motivação, o interesse e o engajamento de cada aluno no processo de aprendizagem.

Sob essa ótica, o Desenho Universal para a Aprendizagem incentiva o professor a oferecer diferentes formas de ensinar, praticar, participar e avaliar, permitindo ao estudante aprender de acordo com suas necessidades e potencialidades. O foco está no planejamento pedagógico, que considera a heterogeneidade das turmas e promove práticas que contemplem diferentes formas de apresentação dos conteúdos, atividades práticas e discussões teóricas, ampliando as possibilidades de aprendizagem, reduzindo as barreiras e promovendo maior inclusão.

Na educação inclusiva, o DUA é um elemento fundamental, pois facilita a participação plena dos estudantes com deficiência em atividades, sem segregação,

favorecendo a inclusão. Dessa forma, contribui para a redução das desigualdades educacionais, o respeito às diferenças e a melhoria do desempenho, da autonomia e do desenvolvimento dos alunos, considerando as formas de aprender presentes na sala de aula, e incentivando a aprendizagem por todos os meios.

Outro elemento essencial, abordado na mesma unidade, para garantir a efetivação da educação inclusiva é a avaliação pedagógica, sendo um processo contínuo que permite à escola reconhecer e acompanhar as aprendizagens dos estudantes. Ela constitui uma prática cotidiana da instituição escolar, organizando a participação de todos os estudantes na vida escolar e orientando o trabalho da equipe pedagógica, pois demanda analisar como cada aluno aprende, identificando suas potencialidades, dificuldades e as barreiras existentes no contexto escolar.

A avaliação inclusiva valoriza as características individuais de cada um dos discentes, tendo como foco a aprendizagem contínua e formativa, e não apenas a atribuição de notas ou comparações entre os mesmos. Nesse sentido, torna-se fundamental a utilização de instrumentos diversificados, como portfólios, relatórios, observações e registros pedagógicos, permitindo acompanhar o desenvolvimento de cada um em relação a si mesmo.

Além disso, a avaliação está relacionada à construção de um currículo flexível, adequado às necessidades de cada estudante, assegurando condições de acessibilidade, como ampliação do tempo para realização de atividades, avaliações orais quando necessário, e adaptação de materiais pedagógicos, de forma que se torna um instrumento de acompanhamento pedagógico, permitindo ajustar o ensino e favorecer o desenvolvimento integral.

Outro elemento essencial para a efetivação dessas práticas inclusivas é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um serviço da Educação Especial previsto nas políticas públicas que tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, para a eliminação de barreiras e a promoção da plena participação dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Seu principal objetivo é garantir acesso, participação e aprendizagem desse público ao ensino regular. O AEE não substitui a educação na classe comum, mas atua de forma complementar ou suplementar, sendo realizado no contraturno escolar, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais. São desenvolvidas

estratégias de acessibilidade, adaptação de materiais pedagógicos e atividades escolares voltadas ao desenvolvimento das habilidades cognitivas, socioafetivas e linguísticas, com foco na autonomia e no desenvolvimento integral do discente.

O trabalho do professor do AEE, que deve possuir formação em Educação Especial, caracteriza-se como uma atuação transversal, realizada em parceria com o professor da sala comum e com a família, garantindo o acompanhamento em todas as etapas e modalidades de ensino. Nesse sentido, o AEE articula-se diretamente com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e com a avaliação inclusiva, pois contribui para a construção de estratégias pedagógicas acessíveis, para a adaptação de recursos e para o acompanhamento individualizado por meio de instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI). Assim, o Atendimento Educacional Especializado constitui-se como um direito garantido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo necessário para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, promovendo a autonomia, a participação e o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante e desempenhando um papel fundamental na efetivação da educação inclusiva.

Durante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é importante utilizar instrumentos estruturados, como o estudo de caso e o acompanhamento sistemático do estudante. O estudo de caso permite conhecer melhor cada um, avaliando suas dificuldades, necessidades, potencialidades e o contexto em que ele está inserido. A avaliação se dá por meio de observações e registros. Já o acompanhamento sistemático acontece com registros do desenvolvimento, viabilizando ajustar as estratégias pedagógicas sempre que necessário. Esses instrumentos ajudam os professores a planejarem melhor suas ações. Dessa forma, os princípios teóricos da educação inclusiva, como a noção de que todos podem aprender e que a escola deve se adaptar ao estudante, passam a se concretizar na prática por meio de um planejamento pedagógico mais detalhado e intencional, no qual o professor deixa de planejar para um aluno padrão, e passa a estruturar suas ações considerando diferentes formas de aprender, de participar e de expressar conhecimentos, em consonância com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Essas práticas estão garantidas por leis importantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL,

2015) e também por normativas mais recentes, como o Decreto nº 10.502/2020. Além disso, autores como Mantoan (2003) e Glat e Pletsch (2011) reforçam que a inclusão exige mudanças reais nas práticas escolares e também em uma estrutura que ofereça mais condições de qualidade e equidade, além de profissionais capacitados para atender a toda a diversidade escolar. No entanto, ainda existem desafios importantes, como a falta de tempo para planejamento, poucos recursos disponíveis, necessidade de mais formação para os professores e limitações na estrutura das escolas. Esses fatores mostram que, apesar dos avanços, ainda é preciso investir mais para garantir uma educação realmente inclusiva para todos.

Durante a prática pedagógica ao longo do curso, foi possível observar situações que demonstravam os desafios e as possibilidades da inclusão escolar, e vivenciar a experiência de um estudante com dificuldades em realizar atividades de leitura e escrita, com baixa participação nas atividades em sala de aula, e, durante a situação, houve necessidade de reorganizar a prática pedagógica, adaptando o material com o uso de recursos visuais e também materiais concretos e a mediação, respeitando o ritmo do discente. Essa ação está em consonância com os pressupostos definidos por Ademar Alves Santos, ao destacar que a prática docente exige flexibilidade, intencionalidade e compromisso com a aprendizagem. A experiência dialoga com as contribuições de Vygotsky (1991), evidenciando o papel da mediação no processo de aprendizagem. As ações pedagógicas encontram respaldo na Lei Brasileira de Inclusão e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à educação inclusiva em todas as etapas, níveis e modalidades. Logo, como resultado, observa-se uma maior autoestima e engajamento do estudante na atividade proposta, evidenciando que as práticas adaptadas contribuem para a efetivação da inclusão escolar.

Outra situação vivenciada foi a de uma criança com dificuldade na atividade escrita. Ela demonstrava resistência em estruturar suas ideias e também em iniciá-las. Como estratégia, foi realizada a mediação, com o uso de imagens diversas sequenciadas e perguntas orientadoras, que auxiliaram na organização do pensamento e construção do texto, sendo necessário defender a flexibilização curricular e a valorização das diferenças como constitutivas do processo educativo. Essas experiências mostram que a prática inclusiva não se resume à adaptação, mas à mudança de postura dos profissionais e da escola, para melhor atender ao

aluno. A articulação entre teoria e prática torna-se fundamental para que as decisões pedagógicas sejam mais assertivas, contribuindo para o avanço da educação, de forma a respeitar o aluno, a diversidade e assegurando o direito à aprendizagem de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes atividades propostas em todas as unidades contribuíram significativamente para a construção de um entendimento mais consistente e sensível sobre inclusão, articulando teoria e prática, legislação e realidade, contribuindo para um olhar mais crítico sobre os processos educacionais. Esse percurso possibilitou acompanhar os debates desenvolvidos nas unidades, essencial para a formação profissional, além de promover sensibilidade às necessidades individuais dos alunos e capacidade para trabalhar em colaboração com a escola e a família.

A análise do percurso formativo desenvolvido nessas unidades produziu conceitos significativos na compreensão sobre deficiência, aprendizagem e prática pedagógica, os quais podem impactar diretamente a construção da identidade do aluno. Além disso, o curso proporcionou a compreensão da importância do papel do docente como mediador do conhecimento, reconhecendo as singularidades dos estudantes e promovendo práticas que valorizassem as diversidades. Esse processo formativo reforça a necessidade de uma atuação comprometida com a construção de ambientes educativos mais acessíveis, acolhedores e democráticos. O modelo social de deficiência e a perspectiva biopsicossocial possibilitaram compreender que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não se configuram como aspectos individuais, mas como resultados da interação entre os indivíduos, os contextos escolares e sociais, e as barreiras educacionais historicamente produzidas.

Nesse sentido, os estudos sobre acessibilidade e sobre as barreiras educacionais definidas pela Lei Brasileira de Inclusão evidenciaram que a exclusão se materializa nas práticas pedagógicas inflexíveis, nas atitudes capacitistas e na má organização institucional da escola. Sendo assim, a inclusão passou a ser compreendida como política pública e como compromisso ético, político e jurídico do Estado e das instituições educacionais, ampliando-se sua compreensão como direito

inegociável, exigindo práticas pedagógicas intencionalmente planejadas para garantir a participação e a aprendizagem.

Mesmo sem atuação docente direta no momento, o percurso formativo possibilitou compreender que a docência exige um posicionamento ético, responsável e pedagogicamente comprometido com a garantia do direito à educação para todos os discentes, independentemente de suas socioeconômicas, trajetórias ou maneiras de aprender.

A consciência da formação docente revela evolução conceitual e maturidade acadêmica, ao compreender a formação como um percurso contínuo, crítico e reflexivo. A trajetória formativa aponta para a necessidade de fortalecimento de uma atuação pedagógica comprometida com a valorização da diversidade e com a construção de estratégias pedagógicas inclusivas para as diversas modalidades de ensino em todas as fases da vida. Essa experiência vivenciada no curso contribuiu não apenas para o aprimoramento dos conhecimentos teóricos, mas também para a construção de práticas pedagógicas mais conscientes e inclusivas que respeitem as diferenças e assegurem o direito a aprendizagem para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Ademar Alves dos. **Educação especial na perspectiva inclusiva.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, [s.d.]. Material didático. Disponível em: https://ead.ufu.br/mod/book/view.php?id=158499. Acesso em: 22 abr. 2026.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org. Acesso em: 22 abr. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.